

## Interfaces da História: industriais, trabalhadores e Estado:

JUÇARA DA SILVA BARBOSA DE MELLO\*

Hoje é possível contemplar, na análise, autonomia e institucionalização. Sem questionar a exclusão dos trabalhadores da cidadania, a integração da subjetividade operária na historiografia sob a dicotomia autonomia-heteronomia reforçou o atracamento de sua experiência em uma realidade subterrânea [...] A autonomia da classe operária não pode ser concebida como uma resistência à exploração, fechada em si mesma e auto-explicativa. A narrativa historiográfica há de ser capaz de contemplar a resistência operária dentro e fora do processo de produção, mas também em sua relação com outros atores, como o empresariado, partidos, governos, polícia, Igreja e Estado. Essa interação possui um papel central na definição tanto dos significados assumidos pela cidadania na experiência brasileira quanto das condições de efetivação dos direitos sociais.

Alexandre Fortes & Antonio Luigi Negro

A epígrafe acima expressa os dois fundamentos sobre os quais apoiá-se o presente artigo. O primeiro é a convicção de que a história dos trabalhadores é marcada por uma “realidade subterrânea”, marcada por experiências de solidariedades e disputas horizontais e verticalizadas que, vistas de perto, revela a existência de complexos universos culturais. A análise desta dimensão da realidade permite a percepção de suas imbricações com outras dimensões do real, lançando luz sobre questões obscurecidas pela hegemonia de um quadro que é superficial, na medida em que expressa apenas o ponto de vista de “de uma ‘elite’ que procura tomar seus modelos pela realidade”. (D’CERTEAU, 2007: 310)

O segundo, que está relacionado ao primeiro, consiste na observação e entendimento de que uma abordagem a respeito do trabalho e dos trabalhadores que considere simultaneamente os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais pode trazer resultados inovadores. Trata-se de tentar lidar tanto com a estrutura sócio-econômica quanto com as práticas concretas de agentes humanos, buscando a percepção de determinado momento histórico a partir da compreensão das relações que lhes são intrínsecas, na perspectiva de que suas várias dimensões não devem ser analisadas de formas estanques, muito menos a partir de uniteralidades. A atuação tanto dos trabalhadores quanto do empresariado, do Estado e demais instituições, sejam elas

---

\* Mestre em História Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ) – Bolsista CAPES. Atualmente, doutoranda em História Social da Cultura, Programa de Pós Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO). Bolsista CNPq.

políticas, sociais ou culturais está condicionada aos limites e possibilidades de uma relação que é dinâmica e marcada pela reciprocidade entre os atores envolvidos.

As relações acima referidas são relações atravessadas pelo poder. Um poder que por se constituir nas relações, é pautado por reciprocidades. No entanto, as bases sob as quais se fundam essas relações são sempre bases desiguais. Mas o poder não é algo que se justifica naturalmente, ele é constituído historicamente e engendrado a partir da combinação de dois fatores: os materiais e os simbólicos. Nesta combinação, a atuação dos fatores simbólicos é de mais difícil observação, pois ligados a esfera da subjetividade, o que explica uma perigosa tendência em negligenciá-los, mesmo quando se afirma considerá-los. É preciso, pois, ter o cuidado de não converter em experiência passiva o que, na verdade, depende da participação ativa da subjetividade.

É nessa perspectiva, que uma conjugação entre as ações do Estado com as complexas trajetórias de industriais e trabalhadores específicos, possibilita atuar em um espaço que permite a percepção dos modos como se operam as relações de poder, e dos aspectos tanto objetivos quanto subjetivos que marcam tais relações. Este é também um espaço que a uma só vez pode ser mais abrangente, por permitir a compreensão de lógicas diferenciadas motivadas por um mesmo esforço de análise, e mais circunscrito por tratar, nesta análise, das circunstâncias específicas das origens e do desenvolvimento de dois grupos empresariais e de suas relações com o operariado de um local determinado.

\*\*\*\*\*

A década de 1930 representou uma importante etapa na definição dos rumos do capitalismo industrial no Brasil. Deslocamentos nos rumos da economia, da política e uma reestruturação do esquema de poder. Tripé sobre o qual, nos anos subsequentes, a demanda por mudanças no âmbito da produção, das relações de trabalho e de suas inter relações com a arena política, já observada nos anos de 1920, rapidamente ganhará corpo, complexificando-se e consolidando-se com a adição de novos elementos e a redimensionalização de antigos.

O setor têxtil pôde contar com um certo protecionismo governamental, que na década de 1930 beneficiou-se de forma muito especial com a política econômica do

Governo Provisório de Vargas, chegando a crescer a taxas superiores a 10 % (ABREU, 1997: 30). Quadro que contribuiu para atrair empresários de outros setores, ao mesmo tempo em que estimulava novos investimentos para a expansão de algumas fábricas têxteis já existentes. Entre os empresários que decidiram enveredar nos negócios da fabricação de tecidos estava o alemão Otto Mattheis, que atuava no ramo de importação de tecidos, artigos de malha e cutelaria desde o início do século XX. Aos 29 anos, juntamente com Guilherme Loewe, fundou a Mattheis & Cia, com o capital de 500:000\$000, principiando então a importar materiais da Inglaterra e outros países da Europa e dos Estados Unidos. Em 1º de setembro de 1908, a firma Mattheis & Cia adquire a Fábrica de Cravos de Ferrar, em Petrópolis, região serrana do Rio de Janeiro<sup>1</sup>. Finalmente, em 1929, adquire sua primeira fábrica de tecidos no bairro da Tijuca, também no Rio de Janeiro. Nos anos que se seguiram, com um capital multiplicado e contando com o apoio de seu filho caçula – o engenheiro Hermann Mattheis – foi feita a aquisição de mais duas fábricas voltadas à fabricação de rendas, bordados e tecidos de algodão.

Já o empresário pernambucano Othon Lynch Bezerra de Mello, filho do Cel. José Clementino Bezerra de Mello – grande comerciante de algodão e de tecidos – fez continuar e ampliar os negócios do pai. No mesmo ano em que o empresário alemão Otto Mattheis funda a Mattheis & Cia, em 1905, Othon Lynch Bezerra de Mello, aos 25 anos, com 100 contos de réis e seis empregados, abre sua primeira loja de tecidos, na rua da Cadeia em Recife. Na década de 1930 já era proprietário de quatro fábricas de tecidos em Pernambuco, nascendo aí o Cotonifício Othon Bezerra de Mello, mais tarde, Companhia de Fiação e Tecelagem Bezerra de Mello. Paralelamente a venda e fabricação de tecidos, este empresário também investiu seus capitais em usinas de açúcar, produção de energia, agropecuária, seguros. (MELLO, 2005: 13)

A trajetória dessas empresas encontra um ponto de interseção quando ambos os proprietários decidem expandir os negócios de tecidos para um lugarejo chamado Santo Aleixo, a 70 Km da cidade do Rio de Janeiro. As fábricas adquiridas no local e incorporadas às suas Companhias foram remodeladas e modernizadas, vilas operárias

---

<sup>1</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DE CUBATÃO. Transcrição das páginas 600 a 907 da obra Impressões do Brasil no século XX. 1913. Esta obra, que conta com 1080 páginas, teve como diretor principal Reginald Lloyd, participando os editores ingleses W. Feldwick (Londres) e L. T. Delaney (Rio de Janeiro); o editor brasileiro Joaquim Eulálio e o historiador londrino Arnold Wright. Nas páginas referidas, faz-se um levantamento das principais Companhias e Firms comerciais da Capital Federal.

foram construídas e juntamente com elas toda uma infraestrutura que contava com escolas, postos de saúde, clubes esportivos e cinemas. Muitas famílias migraram de cidades vizinhas em busca de trabalho e moradia. Por isso esses empresários passaram a ser vistos como os construtores do local (MELLO, 2008).

*Na fábrica de Andorinhas, além da escola, do médico e do dentista, tinha também a creche. Quando a criança fazia dois meses ia para creche. Meus dois filhos freqüentaram a creche. O médico da fábrica ia todo dia visitar as crianças. Seu Hermann Mattheis melhorou o lugar em cem por cento. Construiu casas, cinema, clube, postos de saúde [...] Foi um grande administrador.<sup>2</sup>*

*Os Bezerra de Mello eram excelentes. Construíram a vila, o cinema, ajudavam os clubes, fizeram a cidade.<sup>3</sup>*

Nas memórias desses antigos operários, as fábricas e seus proprietários são, de uma forma ou de outra, parte indissociável de um cenário pretérito composto pelo trabalho, pelo cotidiano na vila operária, nas associações esportivas, recreativas e no sindicato. Este é um universo que só pode ser compreendido plenamente a partir da consideração de seus múltiplos aspectos, Após 1930, as ações do Estado, suas interações com empresariado e com os trabalhadores, no espaço da produção e fora dele, são fundamentais na compreensão deste processo, sobre o qual busca-se, aqui, a apresentação de algumas reflexões.

\*\*\*\*\*

Já munidos de um considerável capital comercial e industrial, estes empresários sentiram-se atraídos pelas possibilidades que o enorme potencial hidráulico da região – necessário principalmente ao funcionamento de setores como tinturaria e engomadeira e também a geração de energia para o funcionamento do maquinário – poderia representar para o crescimento de seus capitais. É o que recorda, Álvaro Brito Bezerra de Mello, último dos onze filhos tidos pelo empresário Othon Lynch com Maria Amália Brito Bezerra de Mello:

---

<sup>2</sup> Entrevista com Nelly Gualandi de Mello, concedida à autora em 15 jan. 2005.

<sup>3</sup> Entrevista com Nito Lima Teixeira, concedida à autora em 05 jan. 2005.

*“A água era muito importante para as fábricas têxteis e lá [em Santo Aleixo] ela era muito boa. Papai comprou essa fábrica em 1940, bem no início da Guerra. O plano dele era produzir tecidos para fazer uniformes para os soldados na guerra. Ela já tinha 400 ou 500 teares e ele pretendia vendê-la após a guerra [...] A Fábrica Esther deu muito dinheiro durante a guerra. Foi com o dinheiro da Fábrica Esther que papai comprou os terrenos que nós construímos todos os hotéis na Praia de Copacabana. Nos anos quarenta, quando papai decidiu investir nos setor de hotelaria, os colegas dele da Fábrica Nova América e Bangu que eram as maiores, disseram: você é maluco! Vai investir em hotéis? Ai quando o setor têxtil entrou em decadência, eles só não se deram tão mal porque as fábricas puderam ser transformadas em Shopping Centers.l [...]”*

Nos anos de 1940, Othon Bezerra de Mello decidiu investir também no ramo da hotelaria. Para isso utilizou o capital acumulado no setor têxtil. Atualmente o Grupo Othon reúne uma rede de hotéis espalhados pelas principais capitais brasileiras e ainda em diversas cidades do exterior. Como afirma o próprio Álvaro Bezerra de Mello, o capital utilizado por seu pai no investimento no setor de hotelaria, hoje responsável pela grande poder econômico do Grupo Othon, foi proveniente do setor têxtil, especialmente da produção da Fábrica Esther, em Santo Aleixo, no período da Guerra. Ainda segundo declarações de Álvaro Bezerra de Mello, “o velho Othon tinha orgulho em dizer que pagou a Fábrica Esther em quatro meses, com a produção da própria Fábrica”.

Paralelo às atividades comerciais, Othon Lynch foi também um grande estrategista político. Conselheiro municipal em 1922, e em 1926, deputado estadual em Recife. “Como legislador dedicou-se a assuntos financeiros e econômicos, escrevendo artigos no *Diário de Pernambuco* e no *O Jornal*, do Rio, bem assim nos demais órgãos da cadeia dos *Diários Associados*” (CORREIO DO CEARÁ, 1942: 17). Embora conste na *Obra Comemorativa dos Cem Anos do Grupo Othon* que o empresário “com a Revolução de 1930, desiludido com a política, resolveu dedicar-se apenas a seus empreendimentos”<sup>4</sup>, fica claro que apesar de não mais exercer mandato eletivo, manteve forte relação com a política em nível nacional, e também local.<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> Entrevista com Álvaro Brito Bezerra de Mello, concedida à autora em 24 set. 2010. Á época da entrevista, Álvaro Brito Bezerra de Mello ocupava o cargo de presidente da rede de hotéis pertencente ao Grupo Othon.

<sup>5</sup> Refiro-me a estreita relação mantida entre Othon Lynch e sua família com Waldemar Lima Teixeira, prefeito por três vezes do Município de Magé e morador de seu 2º distrito: Santo Aleixo. Segundo Álvaro Bezerra de Mello, “foram muitos os sábados e domingos em que íamos comer feijoada na casa do Waldemar”. Entrevista com Álvaro Brito Bezerra de Mello, concedida à autora em 24 set. 2010. No relatório de exercício do prefeito Waldemar Lima Teixeira referente ao ano de 1952, consta agradecimentos e elogios aos proprietários da Fábrica Esther: “Com relação a construção do Grupo Escolar de Santo Aleixo, tivemos a colaboração valiosa e que nunca nos faltou, da Cia de Fiação e

No período do Estado Novo de Vargas, recebeu vários convites para integrar Missões Comerciais a outros países. Temos registro ao menos de uma. Da Missão que integrou no ano de 1940 com destino aos países americanos situados ao norte do Brasil.

*Com o regresso ontem ao Rio de Janeiro da Missão Econômica enviada pelo chefe do governo aos países americanos situados ao norte do Brasil, ficou encerrada a primeira fase das providências destinadas a desenvolver as relações e o comércio do nosso país com essas Repúblicas. Um estudo cuidadoso acaba de ser procedido nos mercados da Venezuela, Colômbia, Equador, América Central, México e Estados Unidos. Países precursores de uma era de breves e frutuosa entendimentos recíprocos. Ainda não havia cessado o movimento das visitas e saudações aos recém-chegados, e já O JORNAL buscava detalhes dos trabalhos da Missão, com um de seus membros mais credenciados, o sr. Othon Lynch Bezerra de Mello. (O JORNAL, 1940)*

A relação mantida por este empresário com nomes de influência no Governo Vargas se revelam ainda através da realização de várias doações. Em Alagoas, para onde os negócios se expandiram, doou uma área de 700 hectares, com seus mananciais, para o Serviço de Águas da Cidade de Maceió, na gestão do então governador Silvestre Péricles de Góes Monteiro. Em 1941, doou as duas primeiras aeronaves da Companhia de Aviação do jornalista e empresário Assis Chateaubriand, em cerimônia que contou com a presença do Ministro da Aeronáutica, Salgado Filho. Uma delas, a “Duque de Caxias” – como a batizou o empresário Othon Lynch – foi enviada por Chateaubriand, para a Caxias do Sul, onde havia sido fundado em 19 de fevereiro de 1941, o AeroClube Caxias.

*Tanto na inauguração da pista, em 02/03/1941, quanto na chegada da 1ª aeronave caxiense, foi intenso o movimento no aeroporto, com a presença do 3º Regimento de Aviação (que, na entrega, comboiou o PP-TDA de Porto Alegre a Caxias do Sul), da Varig Aero Esporte, de aeronaves de Rio Grande e do Aeroclube de Santa Maria.*

Dois anos antes dessas doações significativas, o Cotonifício Othon Bezerra de Mello foi tema da coluna escrita para a *Folha da Manhã* e o *Radio Club de*

---

Tecelagem Bezerra de Mello. Também são muitas as referências presentes nas Atas de reunião do Guarany Futebol Clube, do qual o político Waldemar Lima Teixeira foi presidente durante vários mandatos, permanecendo como presidente de honra em momentos de cumprimento de mandatos no executivo municipal e no legislativo estadual. Por fim, mas não hierarquicamente ordenado, está presente na memória dos antigos operários da Fábrica Esther, positiva ou negativamente, a forte relação mantida entre Waldemar Lima Teixeira – chefe político local – e os proprietários da Fábrica Esther.

*Pernambuco*, por Agamêmnon Magalhães, então Interventor Federal no Estado de Pernambuco. Para Agamêmnon, o parque industrial de Othon era um padrão de técnica, de arrojo, de disciplina social e confiança no trabalho honesto. Tudo isso atribuído ao gênio pessoal de Othon: “pernambucano de boa têmpera, formado desde cedo na escola severa do trabalho” (O JORNAL, 1939).

Othon Bezerra de Mello personificava o que se esperava do “*regime da ordem e do progresso*”, entendidos como resultado do trabalho, que nos tempos modernos se confundia com a atividade industrial (GOMES, 2005: 40). Para Agamêmnon, Othon Lynch era um homem de negócios cujas palavras e ações “tem um valor altamente educativo e moral” [...] “A minha felicidade está na felicidade dos que trabalham e colaboram comigo. A função social da riqueza é que me fez realizar esse esforço” (O JORNAL, 1939: 4)

O Texto Constitucional de 1937, em seu artigo 136, adotava o critério de que o trabalho era um dever de todos, e que a desocupação era crime contra o próprio Estado (GOMES, 2005: 239). Nesse contexto, Agamêmnon, como um “homem do governo”, utilizava sua coluna na *Folha da Manhã* como veículo de disseminação da ideologia do Estado Novo, para o qual, a questão social não era apenas uma questão operária, mas devia ser enfrentada “Como um problema de todos os homens e de todas as classes, já que eram trabalhadores todos aqueles que produziam, que colaboravam com o valor social de seu trabalho” (GOMES, 2005: 239). Nesse sentido, a propriedade não devia ser abolida, mas disseminada, pois necessária ao homem e a sociedade.

A visão do trabalho como um meio de servir à Pátria. O trabalho muito mais que uma maneira de adquirir valores, mas o trabalho visto como um valor moral. Assim podem ser traduzidos os objetivos de Agamêmnon com os artigos publicados na *Folha da Manhã*.

*Dinheiro que não produz riqueza. Dinheiro que não se distribui pelo trabalho, é dinheiro perdido. É dinheiro junto por uma geração para a outra dissipar. Quem deixar uma empresa, deixa uma escola do trabalho. Uma organização da qual podem viver e prosperar muitas famílias, muitas gerações. Quem deixar um arranha-céu, deixa aos filhos renda sem trabalho, deixa a ociosidade que é o caminho para todos os vícios, para todas as formas inúteis de viver. Triste da geração que amanhecer o dia sem um dever. Sem o rumor e a alegria do trabalho. (FOLHA DA MANHÃ, 1939: 3)*

Assim, empresários e operários foram incentivados a produzir tanto quanto lhes fosse possível. A diferença estava na motivação que impulsionava a ambos. Para o empresariado o protecionismo e status obtidos junto ao governo, traduzidos por ganhos econômicos e simbólicos. Para o operariado, o acesso aos direitos sociais (políticos e civis) garantidos apenas aqueles com inserção profissional no mundo da produção (SANTOS, 1979).

\*\*\*\*\*

O período que antecede a chegada do empresário Othon e Otto e Hermann Mattheis em Magé foi marcado por desentendimentos entre as organizações operárias locais com os proprietários fabris. Estes empresários tiveram que lidar com uma mão de obra que já possuía uma certa tradição de lutas.

Em 1934, A Companhia Mageense, composta pelas fábricas Itatiaia localizada no 1º distrito e pela Andorinhas no 2º (Santo Aleixo), passou por uma série de problemas, envolvendo, sobretudo, a aplicação das novas leis sociais criadas após a Revolução. O relatório de exercício do prefeito Gilberto Huet de Bacellar deste ano, dirigido ao Comandante Ary Parreiras, Interventor federal do Rio de Janeiro possibilita acesso ao contexto dos acontecimentos.

*O desequilíbrio que se manifestou na vida econômica do Município, com as perturbações ocorridas na sua atividade industrial, não poderiam deixar de refletir na sua estrutura financeira. Assim se explica porque a arrecadação municipal que atingiu no 1º semestre 181: 978\$600 caiu no 2º semestre para 108:516\$700.<sup>6</sup> (PMM, 1934: 5)*

No mesmo relatório em que é justificada a queda da arrecadação com a falência da Companhia Mageense, o prefeito interventor Gilberto Huet de Bacellar, faz referência com um tom de negatividade, a presença do que chama de “hipertrofia industrial” ou “exclusivismo industrial” no município de Magé. Para Bacellar, “Essa hipertrofia industrial, verificada num meio as condições de Magé, não poderá deixar de trazer perigoso desequilíbrio à organização social, econômica e mesmo política do Município” (PMM, 1934: 5).

---

<sup>6</sup> A sigla PMM faz referência a Prefeitura Municipal de Magé.



O prefeito fazia referência ao fato de que a circulação do numerário no Município se dava de modo a não permitir sua fixação no local. Os escritórios centrais das empresas se localizam na Capital Federal, sendo de lá que se faziam as remessas de dinheiro para pagamento dos salários do operariado. Estes, por sua vez, as passavam para o comércio que drenava novamente a quase totalidade do dinheiro para fora do Município. Isto porque, segundo o prefeito Bacellar, este Município que no passado chegara a ser considerado o “celeiro da Corte”, naquele momento possuía uma atividade agrícola que “se limitava ao cultivo da banana, não produzindo nenhum dos gêneros de primeira necessidade” (PMM, 1934: 6)

A falência da Companhia Mageense fazia apenas confirmar que os temores de Bacellar não eram infundados. Impossibilitada de concorrer livremente nos mercados mundiais, as indústrias brasileiras conseguiam impor-se pela qualidade e pelo custo de seus produtos. Neste contexto, a obtenção de um produto cada vez melhor e mais barato implicava a elaboração de uma equação totalmente desfavorável ao operariado; exigia-se maior intensidade e dedicação no trabalho ao passo que os salários caminhavam em direção inversamente proporcional. Desse modo, para o prefeito Bacellar:

*Sem aperfeiçoamento de sua aparelhagem, sem barateamento do custo de vida, sem melhoramento do braço operário, fortalecido pela educação e pela higiene, o povo Mageense não poderá jamais dormir tranqüilo quanto ao destino de sua indústria, da qual depende, na hora presente, o seu próprio destino. (PMM, 1934:7).*

Este quadro de dependência a uma industrialização ainda instável, de um “depauperamento econômico” era, na visão do prefeito, a própria origem dos “males imputados à politicagem”. Segundo ele:

*A preocupação dos interesses coletivos, a opinião independente, superiormente orientada pela crítica sadia e construtiva, estiola-se forçosamente nos meios em que as necessidades econômicas imediatas, o direito sagrado à vida, consomem todas as energias individuais. Serão vãs todas as tentativas no sentido de uma verdadeira **regeneração dos métodos políticos**, enquanto não se libertarem as sociedades das contingências deprimentes das necessidades econômicas (PMM, 1934:6). (grifo meu)*

O contexto que regia aquele período pode ser percebido nas palavras acima. A preocupação com uma “regeneração dos métodos políticos” está diretamente associada à solução dos problemas sociais. Estes, por sua vez, ligados em grande medida ao trabalho industrial, então em amplo desenvolvimento. A centralidade do trabalho fabril

no local era, pois, motivo de inquietações dado sua interferência nas diversas esferas da vida social.

Este quadro, entretanto, poderia (como de fato já o fez) conduzir a uma visão equivocada do papel desempenhado pelos operários neste momento da análise, como também em períodos futuros. Neste sentido está a noção de que, diante do necessário esforço de sobrevivência implementado pelos trabalhadores, todas as suas ações seriam presididas por uma lógica prática, objetiva e material, não havendo espaço para atitudes que superassem os interesses individuais e puramente utilitaristas, e viessem a refletir uma opinião “independente, superiormente orientada”.

O prefeito Bacellar expressava uma concepção que posteriormente seria amplamente reproduzida, contribuindo para desqualificar o papel dos trabalhadores na construção de sua própria história e da história do país. Na verdade, o que era para ser considerado apenas como uma das possibilidades de interpretação, aí se levando em conta todas as valorações nela presentes, acabou sendo tomado como a própria realidade por aqueles que a idealizaram.

A análise de uma série de correspondências entre a Aliança Operária, o prefeito Bacellar, a Companhia Mageense e o Interventor Federal do estado do Rio, Ary Parreiras, revela que o operariado estava mobilizado no sentido de fazer cumprir aquilo que lhes parecia apropriado diante da crise que afetara a Companhia Mageense no ano de 1934. Em carta enviada ao Interventor Federal do Estado do Rio, o prefeito Bacellar torna evidente a preocupação com “o novo dissídio entre os operários das Fábricas de Tecidos de Magé e Andorinhas e a Diretoria da Companhia Mageense”.

O conteúdo da carta leva ao entendimento de que o prefeito procurava mediar o conflito entre os operários e a Companhia. Segundo ele, a proposta da Companhia de redução dos vencimentos em 10% por três meses fora aceita com “boa vontade” pelos operários que “[...] no caso, não reclamam aumento de salários, mas apenas o restabelecimento de seus salários integrais”.<sup>7</sup> Passados os meses previstos, em julho de 1934, os operários declararam-se em greve, pleiteando a abolição completa dos descontos, regulamentação do pagamento em atraso e pagamento imediato das férias.

---

<sup>7</sup> Correspondência enviada ao Exmo Senhor Comandante Ary Parreiras, Interventor Federal no Estado do Rio de Janeiro, pelo Prefeito Interventor do Município de Magé Gilberto Huet de Bacellar, 11 fev. 1934.

Em agosto de 1934, a Companhia de Fiação e Tecidos Mageense torna público o encerramento de suas atividades.

O diagnóstico realizado pelo prefeito Bacellar a respeito deste caso é revelador, tendo em vista o que se pretende questionar através deste estudo. O “estado de inquietação no meio proletário”, segundo ele, devia-se a dificuldades de duas ordens:

*Primeiro as que decorrem da interpretação e aplicação prática das novas leis sociais criadas após a Revolução; e, ao mesmo passo, a percepção nem sempre exata, do espírito da nova legislação, por parte dos proletários. Segundo, as dificuldades inerentes ao ambiente social e econômico mageense, que resumiremos no seguinte [...] impossibilidade das empresas pagarem altos salários [...] reduzida eficiência do trabalhador. (PMM, 1934: 40)*

A observação de que os operários manifestavam uma “percepção nem sempre exata do espírito da nova legislação”, embora possa ter sido motivada por uma concepção desqualificadora do potencial intelectual e da ação política dos trabalhadores, é reveladora de que esses mesmos trabalhadores não podiam ser vistos como uma “tábula rasa”, pois portadores de tradições e valores que se transformavam em um código cultural por meio do qual as leis sociais sancionadas pelo Texto Constitucional de 1934 foram lidas e reinterpretadas de acordo com seus interesses.

Mesmo durante o período em que não houve grande restrição à aplicação do Texto Constitucional, constata-se dura repressão à ação dos trabalhadores<sup>8</sup> (GOMES, 2005: 176) Prova disto é a existência de uma infinidade de correspondências dirigidas por entidades representativas de classes para o Gabinete Civil da Presidência da República solicitando a intervenção do Presidente Vargas, sempre com forte apelo ao espírito de “patriotismo e justiça” do chefe da nação. Em 5 de junho de 1934, em meio a negociações entre a Companhia Mageense, a recém criada Justiça do Trabalho, o poder público municipal e a Aliança Operária, os trabalhadores entram em greve por não terem suas reivindicações atendidas, passando a sofrer, duplamente, com a repressão dos patrões e do Estado.<sup>9</sup> (THOMPSON, 1987: 23) Os empresários advertiam sobre o

---

<sup>8</sup> Segundo Ângela de Castro Gomes, “Mesmo antes de abril de 1935, quando foi aprovada a Lei de Segurança Nacional, houve muita intervenção nos Sindicatos que reivindicavam e organizavam greves. Intervenção, na época, significava em grande parte invasão policial e destruição virtual das sedes dos sindicatos, com abundantes espaçamentos e prisões. Legalmente isto não poderia acontecer [...]”

<sup>9</sup> Mesmo que em contexto bem diferente, este é um aspecto sobre o qual observa-se semelhança com o

risco de fechar as fábricas alegando impossibilidade de atendimento das reivindicações dos trabalhadores, aterrorizando os operários com a ameaça do desemprego. O Estado, por sua vez, fazia vistas grossas à ação policial que executava prisões e espancamentos dos operários grevistas, mesmo sem a existência do amparo legal.

Diante do desrespeito as leis sociais, a liderança da Aliança Operária dirige telegrama ao presidente da República solicitando providências com relação a prisões de alguns operários do local.

*Operários Magé, representados pela Aliança Operária Magé, solicita Vossencia decretação medidas que importe comutação penas impostas todos criminosos primários, hoje em prisão. Ato este muito dignificará Vossencia encerramento atos de ditadura multiplicará certos corações brasileiros dupla simpatia ato justo humano patriótico Vossencia.*<sup>10</sup>

É nesse contexto que Otto Mattheis, após adquirir, em 1929, uma pequena fábrica de rendas na Tijuca, bairro da então Capital Federal – A Cia Nacional de Rendas S/A – fundada em 1919 por técnicos ingleses, e em 1932, a empresa S/A Tiras Bordados e Rendas Valencianas, esta localizada na cidade de Valença, incorpora finalmente a Fábrica Andorinhas, que teve suas portas fechadas um ano antes, quando fazia parte da extinta Companhia Mageense. Estava formada a Fábricas Unidas de Tecidos Rendas e Bordados.

Em 1940, Othon Lynch Bezerra de Mello adquire da Companhia Agrícola e Industrial Magalhães, a Fábrica de Santo Aleixo. Em 1941, é criada a Companhia de Fiação e Tecelagem Bezerra de Mello S/A com um capital de cinco mil contos de réis, dos quais Othon Lynch participou com quatro mil quatrocentos e quarenta e oito contos de réis.<sup>11</sup>

\*\*\*\*\*

---

processo de Formação da classe operária na Inglaterra. Thompson observa que o operário “situado a meio caminho entre a posição de ‘servo’ e ‘cidadão’, esta ‘liberdade’ significava que sentia mais intensamente a falta dela. Em qualquer situação em que procurasse resistir à exploração, ele se encontrava frente às forças do patrão e do Estado, e, comumente, frente às duas”.

<sup>10</sup> ARQUIVO NACIONAL. Gabinete Civil da Presidência. Correspondências: Representantes de entidades de representação de classe. Fundo 35. Lata 7.

<sup>11</sup> TABELIÃO DO 4º OFÍCIO. Escritura de Constituição da Companhia Othon Lynch Bezerra de Mello. Rio de Janeiro, 1941.

Desvendar as origens desses empresários, os princípios e valores nos quais encontravam-se imersos, suas crenças e relações políticas, pode fornecer elementos para compreensão das particularidades e generalidades que marcaram o desenvolvimento dessas empresas. Conhecer o modo como foi traçado este caminho leva a compreensão das diferentes estratégias utilizadas pelos empresários em momentos conjunturais distintos e, através delas, como foi se formando a mentalidade empresarial e o desenvolvimento da indústria têxtil no Brasil. A origem do capital e as formas de acumulação utilizadas pelas empresas é também algo revelador das tradições e valores que ordenavam a dinâmica do processo de industrialização do Brasil.

Não é possível falar de apenas uma estratégia empresarial, uma vez que circunstâncias diversas requerem decisões e ações específicas para cada caso, orientadas por perspectivas e mentalidades distintas. Neste sentido, é válido o esforço em focalizar as diferentes áreas de ação dos empresários procurando entender como foram tomadas as decisões e engendradas as ideias que orientaram cada opção, numa perspectiva que permite, em certa medida, o conhecimento das estratégias industrialistas e a formação do industrial brasileiro na prática de sua atuação.

As principais áreas em que se pode observar uma evolução estratégica nas propostas empresariais são, do ponto de vista da estrutura e manutenção da empresa, as áreas financeira e acionária; e do ponto de vista do desenvolvimento do processo industrial, a produção e o trabalho. Esta última representa o lugar da intercessão e, portanto, do confronto entre as expectativas e anseios dos industriais com as expectativas e anseios do operariado, e é claro, entre as expectativas e anseios do Estado. No meio desta cruzada, em que os trabalhadores se encontravam ora frente às forças do patrão ora do Estado, uma resistência subterrânea e em vários momentos explícita fluía por entre os poros deste “organismo social”.

Por caminhos que foram sendo construídos pelo embate coletivo e individual de personagens que atuavam nas mais altas esferas do poder político e econômico, com tantos outros conhecidos e anônimos, espalhados por este grande país, nos grandes centros e nos locais mais remotos, a história do trabalho e dos trabalhadores vem sendo escrita e reescrita, numa perspectiva que inviabiliza a análise das transformações socioeconômicas, políticas e culturais que vêm se processando nos últimos anos simplesmente a partir de seu “texto final”. Neste sentido, hoje, mais do que nunca, a

conjuntura política atual permite observar, como Thompson, que a hegemonia de uma classe, traduzida em formas de dominação ideológica da classe dominante “[...] é apenas parte de uma complexa combinação de elementos que garantem a convivência simultânea e recíproca de contextos culturais”. Em alguns momentos a cultura e os valores desses “dominados” “pode opor-se ao abarcante sistema de dominação e controle” (THOMPSON, 2001: 260).<sup>12</sup>

Nesse sentido, o acontecimento em si, o processo, o contexto, bem como as mudanças ocorridas em espaço de tempo um pouco maior devem se valorizados, possibilitando que se compreenda “mais claramente o que foi perdido, o que se conservou ‘subterraneamente’ e o que ainda resta por resolver” (THOMPSON, 1987: 343).

## **Fontes**

### Entrevistas concedidas à autora

Álvaro Brito Bezerra de Mello	24 set. 2010
Nelly Gualandi de Mello,	15 jan. 2005
Nito Lima Teixeira,	05 jan. 2005

### Documentos disponíveis na Internet

HISTÓRICO DO AERO CLUBE CAXIAS. Disponível em <http://www.aeroclubecaxias.com.br/content/historia> . Acesso em 3 set. 2008.

ARQUIVO HISTÓRICO DE CUBATÃO. Impressões do Brazil no século XX. 1913. Disponível em <http://www.novomilenio.inf.br/santos/ho300g38n.htm> Acesso em 18 mar. 2011.

### Jornais

O JORNAL, 31 out. 1940

CORREIO DO CEARÁ, 2 mar. 1942

---

<sup>12</sup> Para Thompson: “em qualquer sociedade cujas relações sociais foram delineadas em termos classistas, há uma organização cognitiva da vida correspondente ao modo de produção e às formações de classe historicamente transcorridas”. Desse modo, o senso comum, em certa medida, é envolvido pelo pensamento ideológico da classe dominante. Digo em certa medida porque a hegemonia de uma classe, nunca é capaz de anular completamente as contradições presentes em todas as sociedades que, segundo Thompson, possuem como componentes essenciais o controle político e o protesto ou rebelião.

O JORNAL, 5 fev. 1939

FOLHA DA MANHÃ, - 1939

#### Outros documentos

ARQUIVO NACIONAL. Gabinete Civil da Presidência. Correspondências: Representantes de entidades de representação de classe. Fundo 35. Lata 7

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGÉ. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Interventor no Estado do Rio, Comandante Ary Parreiras, pelo prefeito Gilberto Huet de Bacellar. Magé: RJ. 1934.

TABELIÃO DO 4º OFÍCIO. Escritura de Constituição da Companhia Othon Lynch Bezerra de Mello. Rio de Janeiro, 1941.

#### **Referências bibliográficas**

ABREU, Marcelo de Paiva. O Brasil e a economia mundial (1929-1945). In: PIERUCCI, Antonio Flavio de Oliveira [et al.]. *História Geral da Civilização Brasileira*. Boris Fausto (org.). O Brasil Republicano, tomo III: economia e cultura (1930-1964). Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1997.

D' CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer*. 13ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi. Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2001.

GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. *Identidade, Memória e História em Santo Aleixo: aspectos do cotidiano operário na construção de uma cultura fabril*. Dissertação (Mestrado) – UERJ/FFP – Programa de Pós Graduação em História Social, 2008.

MELLO, Letícia Bezerra de (org.). *Obra Comemorativa do Centenário do Grupo Othon: Uma história de ousadia e sucesso*. Rio de Janeiro, 2005.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça: A política social na ordem brasileira*. Ed. Campus, Rio de Janeiro, 1979.

THOMPSON, *Formação da Classe Operária Inglesa: a maldição de Adão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. Folclore, História e Antropologia. In: NEGRO, Antonio Luigi; Silva, SERGIO (Orgs.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, São Paulo: Ed. da Unicamp, 2001.